

6<sup>to</sup>

Congreso  
Latinoamericano de  
**CIENCIA POLÍTICA**

12, 13 y 14 de junio de 2012  
FLACSO Sede Ecuador



**FLACSO**  
ECUADOR

alacip

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA CIENCIA POLÍTICA

Uma percepção das mudanças no modelo de Estado após a crise econômica de 2008 sob o  
foco dos conceitos do Republicanismo Clássico

Thiago Henrique Desenzi<sup>1</sup>

**Resumo:** Um estudo da crise econômica mundial de 2008 a partir de um resgate das idéias do republicanismo clássico, buscando traçar percepções de como a teoria republicana pode colaborar para uma melhor compreensão das dinâmicas da crise, bem como para as possíveis resoluções desta a partir da lógica do Estado.

Palavras-Chave: Crise Econômica, Republicanismo, Estado

**Abstract:** A study of the global economic crisis in 2008 from a redemption of the ideas of classical republicanism, in order to describe perceptions of how the republican theory can contribute to a better understanding of the dynamics of the crisis, as well as to possible resolutions of this from the logic of the State.

Palabras clave: Descentralización, Participación Ciudadana, Políticas Públicas

---

<sup>1</sup> Graduado em Engenharia Civil, Especialista em Gestão e Políticas de Cultura pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo e Graduando em Sociologia e Política pela FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
email:thiago.desenzi@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Com o “estouro” da bolha do mercado imobiliário norte americano em 2008, estamos assistindo até os dias atuais o desenrolar de uma grande recessão econômica de amplitude mundial<sup>2</sup>, com enormes reflexos na economia cotidiana. Tal colapso na economia mundial fora fruto, inicialmente, das más condutas do mercado financeiro norte americano, que devido à desregulamentação deste frente ao estado, pôde tomar atitudes que vieram a inflar esta “bolha”, tornando ainda maiores os reflexos de sua ruptura.

A doutrina da desregulamentação do mercado se baseia na premissa de que o mercado livre e desregulado, deixado por si só é eficiente, se auto corrigindo nos pequenos deslizos que venha a ter. Idéia esta, impulsionada principalmente após a segunda fase da crise do Petróleo de 1973, onde os países produtores de petróleo aumentam os preços deste produto em cerca de 300% do valor, momento que coloca um ponto de inflexão no modelo econômico keynesiano de estado, baseado no estado de bem estar social, que contava com grande respaldo público e político tanto na Europa como nos Estados Unidos.

A partir deste momento, as idéias de cunho liberal, fundamentadas principalmente sob o ponto de vista de Milton Friedman<sup>3</sup>, teórico do liberalismo, passam a desenhar um novo modelo de estado, suplantando o deficitário modelo de estado de bem estar social. Tem por objetivo atender à dinâmica desta nova sociedade que vem se formando, e que aos poucos vem sofrendo os impactos da globalização e da financeirização da economia<sup>4</sup>.

Ganha força a idéia do estado mínimo, que atuaria somente como um regulador do mercado, e que buscaria transferir toda a esfera de ação possível para que o mercado viesse a gerir isento de sua intermediação efetiva, sob a premissa que o mercado livre sem esta ação incisiva do estado poderia trazer uma maior liberdade aos indivíduos, e segundo Friedman (1985, p.177): “A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias

---

<sup>2</sup> Conforme apontam palavras da diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional: “Lagarde disse aos estudantes da John F. Kennedy School of Government que a geração deles "enfrenta provavelmente a pior insegurança econômica em décadas, possivelmente pior até do que a da Grande Depressão”” (LAGO, 2012)

<sup>3</sup> Influente teórico do liberalismo, oriundo da Escola de Chicago. Aponta as diretrizes do liberalismo, buscando condicionar o temor dos indivíduos à concentração de poder nas mãos do estado, objetivando a liberdade individual através do liberalismo de mercado, sem a regulação ou interferência do estado.

<sup>4</sup> A partir de 1970 o capitalismo vem se globalizando, através da utilização de novas ferramentas na busca da maximização de seus lucros, tais como a financeirização da economia, a desregulamentação dos mercados mundiais, a desestruturação do trabalho organizado, o avanço das tecnologias das comunicações e a rapidez dos transportes.

escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo”.

Entretanto, este projeto de Estado desenvolvido desde os anos setenta, não se mostrou tão efetivo à comunidade global ao decorrer destes anos, haja vista que os países que aceitaram este modelo de ação para seus estados apresentam um acentuado processo de centralização da riqueza e do poder (HARVEY, 2011; JUDD, 2011, CHOMSKY, 2011).

Ademais, as crises financeiras se tornaram cada vez mais recorrentes ao redor do mundo, e seus reflexos atingiram proporções cada vez mais amplas. Segundo Stiglitz (2010), ocorreram cerca de 124 crises entre 1970 e 2007. Apesar do grande colapso causado pela crise de 2008, segundo David Harvey (2011), não havia nada de original nesta crise, apenas o seu tamanho e seu alcance.

Nos dias atuais, a origem dos lucros corporativos ao redor do mundo tem suas bases no setor de finanças, e não mais no setor produtivo, tendo como base de operação um capital especulativo, “fictício”, não atrelado diretamente a nenhum elemento do processo de produção. Segundo Harvey (2011), este capital “fictício” tomou as rédeas do poder, a partir da geração de enormes somas de dinheiro, que silenciavam as vozes dissonantes quanto a seus interesses.

Entretanto, quando da ocorrência destas crises, o setor financeiro vem até o Estado na busca de socorro. O que aparentemente se apresenta de forma paradoxal foi uma prática corrente no lidar com estas crises. Nas ações que tentavam solucionar tais crises, assistimos o Estado injetando dinheiro público na tentativa de resgatar este mercado, ou seja: “Os contribuintes estão simplesmente socorrendo os bancos” (HARVEY, 2011, p.33). Aqueles que enriqueceram sob a lógica da ausência necessária do Estado, se utilizam deste, no momento que precisam de resgate.

Atualmente os sintomas da crise vêm se alastrando pelo mundo, ou conforme preferem os economistas, vem “contagiando” as demais economias. Os Estados Unidos apresentam um índice de desemprego duas vezes maior que antes da crise. A Europa, em especial Espanha e Grécia, operam com um índice de desemprego superior a 20,00%, e convulsões sociais claras vêm demonstrando a insatisfação popular com a economia, com a política e com os planos de resgate econômico do Fundo Monetário Internacional, que pregam a austeridade econômica com a privatização das companhias públicas, aumento de impostos e corte nos gastos públicos.

Diante deste quadro, tendo em vista compreender as razões que permitem e norteiam a vida em sociedade dos indivíduos, buscamos no republicanismo clássico um resgate parcial das idéias relacionadas a tradição do governo misto, da democracia, da relação entre os diversos indivíduos dentro da polis e dos demais conceitos permeáveis ao republicanismo nos dias atuais.

Para buscar compreender esta dinâmica de opressão de uma parcela da população sobre as demais, tendo como base o sistema financeiro e a classe relacionada com tal setor em relação às demais esferas da sociedade, tomamos como suporte inicial as idéias de Aristóteles. Segundo este autor, a ganância dos ricos é sempre crescente, pois estes buscam defender seus interesses sobre os demais interesses dos pobres.

A concepção das idéias republicanas relacionadas ao bem comum também nos parecem como um norte, buscando fundamentar as premissas desejáveis do estado nacional político e econômico, em relação ao momento atual de crise ao qual atravessamos.

A retomada republicana, em justa medida, “faz contraponto à celebração da expansão do mercado e da esfera dos interesses privados, à retração do espaço público e das regulações políticas” (CARDOSO, 2008, p.28). Esta traz no cerne de suas argumentações a fundamentação central da polis, a vida justa e virtuosa. Se o ideal republicano dos propósitos coletivos de uma sociedade que busque o bem comum, soa como se estivesse fora de seu tempo, desairragado do cotidiano, pode significar como a concepção de vida pública esteja degradada (JUDD,2011).

Entendemos ser este um momento propício para a retomada dos valores republicanos, pois a ganância do sistema financeiro, pouco a pouco, nos conduziu a uma espécie de presente sem passado, a uma condição de busca incessante pelo lucro desvinculada de nenhum outro aspecto moral da vida em sociedade. O mundo caminha como se não tivesse aprendido nada com as lições de seu passado.

A dinâmica é nova, os personagens também, mas recorrer ao berço das ideias das repúblicas democráticas modernas pode nos trazer clareza de quais os motivos que fundamentaram e orientam a existência da sociedade atual.

## **2. O INÍCIO DA CRISE**

A crise econômica de 2008 teve origem nos Estados Unidos, a partir de seu mercado imobiliário, que havia sido utilizado como instrumento de manobra por sistemas bancários, tendo em vista a sustentabilidade da ampliação deste mesmo mercado.

O país mais rico do mundo vivia além das suas posses (STIGLITZ, 2011). A estratégia adotada para a manutenção do sistema econômico global, claramente dependente deste mercado de consumo americano<sup>5</sup>, foi a da expansão do crédito junto a sua população, mesmo cientes que a capacidade de endividamento destes indivíduos havia chegado ao “limite”. As taxas de juros eram baixas, bem como as regulações do estado para a concessão de empréstimos, e desta forma foi montado um cenário propício à alimentação de uma “bolha”, pois a carteira de credores, que haviam tomados estes empréstimos concedidos pelas instituições financeiras, era composta também de pessoas que dificilmente teriam condições de honrar o pagamento destas dívidas.

De acordo com Stiglitz (2011), a inundação de liquidez no mercado<sup>6</sup> fez criar uma pressão inflacionária no valor dos imóveis, e os indivíduos, na busca da concessão de novos empréstimos para manter seu padrão de consumo, dispuseram de suas residências como garantia na avaliação destes empréstimos.

O dinheiro em excesso que vinha a inundar o mercado viria também do aumento do endividamento em relação ao capital existente, ou seja, os bancos estavam operando a uma ordem superior ao “normal” de emprestar três vezes o total de seus depósitos, pois chegaram a operar em 2005 com trinta vezes o total de depósitos disponíveis (HARVEY, 2011), operando a partir da especulação, sem lastro real.

Havia aqui claramente uma incoerência do mercado imobiliário, que chegou ao limite de corresponder a mais que a metade do PIB norte americano. O indivíduo norte americano abria mão de sua residência para manter-se consumindo no mercado, porém este modelo era insustentável, como se mostrou, quando esta “bolha” de crescimento artificial se rompeu, e colocou aos olhos do mundo a real situação econômica daquele país. A necessidade norte americana e também mundial para a manutenção de seu padrão de consumo trouxe o colapso. Sinais da crise já vinham aparecendo em outros setores da economia americana, porém o

---

<sup>5</sup> Os Estados Unidos da América tiveram um Produto Interno Bruto Nominal (PIB) de aproximadamente 15,6 trilhões de dólares em 2011, mais que duas vezes maior ao segundo colocado, a China com 7,3 trilhões.

<sup>6</sup> Termo de referência para dizer que o mercado estava repleto de capital buscando algum negócio onde pudesse ser aplicado.

governo através de ações que inundavam de crédito a economia e da redução dos impostos, buscava resolver o problema da “falta de consumo”, pela disposição de mais capital no mercado, induzindo as pessoas a ficarem cada vez mais endividadas, mas mantendo o seu padrão de consumo.

As dívidas individuais junto aos bancos foram transformadas em carteiras de dividendos e negociadas entre instituições financeiras diferentes, sob a forma de derivativos<sup>7</sup>, de forma a securitizar a operação, conferindo assim “maior confiabilidade” aos papéis que vieram a ser negociados em Wall Street.

Assim se formou uma cadeia, entre o mercado, as securitizadoras, e até as resecuritizadoras do mercado. E quando a bolha estourou, o efeito foi devastador, levando todos que estavam envolvidos na negociação destes papéis. Os resultados desta crise afetaram grande parte da população norte americana, bem como, a partir do desaquecimento da sua economia, exportou a incerteza e a recessão econômica por todo o mundo dependente de seu consumo.

O mercado financeiro norte americano, agindo de forma desmedida, tendo a busca do lucro como objetivo central e isento de qualquer responsabilidade quanto às demais esferas da sociedade, conduziu tal processo desde a concessão de empréstimos aos indivíduos até a elaboração de novos produtos financeiros de alto risco, que pudessem maximizar os lucros a serem obtidos.

### **3. AS AGÊNCIAS E SEUS INTERESSES**

Um importante mecanismo utilizado neste sistema é o das agências de classificação de risco, tais como Standart & Poor’s, Moody’s, Fitch entre outras. Estas assumiram um papel político muito forte ao redor do mundo, se desvinculando de seu aspecto estreitamente econômico. Tem o poder de atribuir notas referentes ao “risco” da operação de crédito, tanto para empresas quanto para países, expressando qual o risco do não pagamento de suas dívidas no prazo previamente estipulado.

O problema reside no fato que os clientes principais destas agências são as próprias instituições classificadas, gerando uma nebulosa relação entre estes. Existem diversas

---

<sup>7</sup> Um instrumento financeiro de alto risco derivado de outros ativos (ex. ações). Busca fundamentalmente estabelecer ferramentas de especulação relacionadas a proteção, alavancagem e arbitragem, criando assim um “produto” vendido a investidores, que buscam lucros a partir de sua negociação no mercado financeiro.

manobras passíveis de desvios e corrupção<sup>8</sup>. Um exemplo típico pode ser visto no escândalo Enron em 2001, onde através de fraudes contábeis na auditoria fiscal regida pela Andersen Consulting, que auxiliou a manipulação de seus balanços financeiros escondendo uma enorme dívida de mais de 25 bilhões de dólares, buscou a lucratividade de seus títulos no mercado de ações através de uma fictícia imagem de “saúde” financeira desta empresa.

Certamente tais agências de classificação de risco não analisaram corretamente o mercado ao qual classificavam, ou supostamente agiram de forma premeditada a partir de interesses escusos. Afinal de contas dispunham os papéis vinculados às hipotecas de subprime sob uma alta classificação, encorajando diversos investidores a participarem deste lucrativo negócio.

A tentação de obter lucros fáceis a partir dos custos das transações levou muitos bancos grandes a negligenciar suas funções essenciais. O sistema bancário, nos Estados Unidos e em muitos outros países, não se concentrou em emprestar dinheiro a pequenos e médios produtores, que constituem a base da criação de empregos em qualquer economia, mas concentraram-se, em vez disso, em promover a securitização, especialmente no mercado hipotecário. (STIGLITZ, 2011, p.41)

Com o rompimento da “bolha” imobiliária, principalmente após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers e a estatização da seguradora AIG em setembro de 2008, as agências responsáveis pela regulação deste mercado se calaram, tal como o Banco Central norte americano, alegando a impossibilidade de saber antecipadamente sobre esta bolha que vinha se formando ao longo dos anos. Os mercados financeiros buscaram se isentar da culpa, alegando que a crise não fora mais que um acidente, e afirmavam de maneira categórica que a regulação do estado ainda seria maléfica a inovação e a competição dos mercados.

#### **4. ECONOMIA LIBERAL, SOCORRO ESTATAL**

A lógica que permitiu que o mercado financeiro viesse a ditar as regras do estado nacional quanto a defesa de seus interesses, tanto nos Estados Unidos como nos demais países que adotaram o modelo da liberalização econômica, era a lógica privatista. Através do lobby e do favorecimento político, se entranharam nas estruturas políticas do Estado, de forma a barrar quaisquer tentativas de regulamentação do mercado. A única orientação destas políticas ora estabelecidas era a da obtenção do lucro privado. O mercado buscava resultados de curto

---

<sup>8</sup> Conforme demonstra o documentário norte americano *Inside Job*, de Charles Ferguson, vencedor do Oscar de Melhor Documentário no ano de 2010. Este descreve a sistemática de corrupção do mercado financeiro norte americano, suas relações com as empresas e o estado nacional, bem como as conseqüências de suas ações.

prazo, de lucro máximo no prazo mínimo, conforme Stiglitz destaca (2011, p.51): “Como sua remuneração se vincula aos preços das ações nas bolsas e não aos resultados de longo prazo, é natural que os gestores façam o possível para elevar o valor das ações – mesmo que isso de lugar a uma contabilidade ilusória (ou criativa)”.

Mesmo o FMI, em seus relatórios sobre a crise<sup>9</sup> aponta que devido ao mundo estar inundado de crédito, foi difícil fazer a previsão da crise que vinha se formando, ou seja, o mercado financeiro estava tomando enormes lucros com esta dinâmica, então ninguém se interessou em buscar as razões que poderiam levar ao colapso.

Offe (1984) e Przeworski (2001) já apontavam a desmedida de forças, entre os “corporativos”, que se utilizam das ferramentas e da força do capital, para ter uma maior representatividade de seus interesses junto à esfera política, e que a sociedade em geral, não conta com uma força representativa tão impactante.

Em suma, os mercados financeiros fizeram muito dinheiro durante os anos em que prorrogaram uma crise já anunciada, trabalharam com um capital “fictício” durante anos, gerando bilhões de dólares para seus acionistas, e distribuindo bônus milionários a seus correligionários em Wall Street.

A protelação da economia de crédito interessava a todos que ganhavam enormes somas financeiras com o negócio. Havia presente uma idéia que eles não teriam o que temer, pois mesmo se viessem a ter problemas tinham a certeza que seriam resgatados pelo governo. Esta confiança no socorro por parte do governo encorajou o sistema financeiro a tomar medidas de alto risco (STIGLITZ, 2011; HARVEY, 2011). E fora exatamente como ocorreu, pois o sistema financeiro foi resgatado de maneira questionável, aos olhos da sociedade que via sua contribuição junto ao estado sendo direcionada para socorrer este hábil esquema de defesa dos interesses privatistas e particulares. Segundo Harvey (2011, p.16), a lógica que orientou as ações das economias liberais no socorro aos seus mercados era: “privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas”.

Tal procedimento é visto atualmente nos programas de socorro aplicados pelo FMI em países como a Grécia, Espanha e Portugal, que atravessam grandes convulsões sociais devido a um processo de aumento de impostos e diminuição de investimento público, tendo em vista que o estado possa pagar pelas dívidas de seu sistema financeiro junto ao mercado.

---

<sup>9</sup> Para consulta acessar <http://www.imf.org/external/np/exr/key/finstab.htm>

O imediato socorro ao sistema financeiro de um país se deve ao estrondoso tamanho que as instituições financeiras tomaram em relação ao Estado. Se o estado permite que as empresas quebrem, ele está permitindo que o próprio Estado, suas instituições e toda a economia local venha a colapsar, se tornando assim refém do próprio sistema financeiro. Os planos de socorro deste sistema financeiro em todo o mundo passam então a ser regidos sob o argumento que os bancos se tornaram grandes demais para poder falir.

O governo norte americano, por exemplo, destinou grande parte da verba de saneamento do setor financeiro na compra de ações preferenciais sem direito a voto de bancos e instituições de poupança, beneficiando mais de 400 instituições, além de cerca de outros US\$500 bilhões ainda no governo de George W. Bush destinados a outras empresas, seguradoras e bancos<sup>10</sup>. O que nos chama a atenção, é que os mesmos executivos e instituições que enriqueceram nas operações de crédito envolvendo as hipotecas de subprime no Estados Unidos ao longo dos últimos anos, foram premiados com pacotes de ajuda financeira mantendo seus mesmos salários astronômicos, bem como mantendo sua farta política de distribuições de bônus.

Desta forma, verificamos que aqueles que depositam sua confiança no fundamentalismo de mercado, tal como o FMI<sup>11</sup> e o setor financeiro, foram os primeiros a reclamar ajuda governamental no socorro aos envolvidos com a crise, sob a alegação de assim evitar o “contágio” com as demais instituições financeiras, o que na prática não tem se mostrado muito efetivo, conforme análise de Nouriel Roubini:

Until last year, policymakers could always produce a new rabbit from their hat to reflate asset prices and trigger economic recovery. Fiscal stimulus, near-zero interest rates, two rounds of “quantitative easing,” ring-fencing of bad debt, and trillions of dollars in bailouts and liquidity provision for banks and financial institutions: officials tried them all. Now they have run out of rabbits. (ROUBINI, 2011)

As soluções apontadas pelo governo americano de saldar as dívidas do setor financeiro com a utilização do capital público, somado a diminuição de impostos e a baixa taxa de juros se mostraram insuficientes. Na Europa, os pacotes de socorro financeiro que pregam a austeridade fiscal tampouco surtiram resultado.

---

<sup>10</sup> Conforme dados disponíveis junto ao Grupo de Conjuntura Fundap - <http://www.debates.fundap.sp.gov.br/>

<sup>11</sup> Fundo Monetário Internacional atua hoje como um regulador capitalista, oferecendo socorro financeiro e estabelecendo as regras para sua concessão. Porém, as políticas que dirigem suas ações são claramente privatistas, defendendo primariamente criar condições para os estados quitarem suas dívidas junto a seus credores, buscando conferir “confiança” junto ao mercado, porém nitidamente desconexos do resultado de suas ações no plano social junto a estes estados, haja vista os casos atuais da Grécia e Espanha.

## **5. DO QUE NOS VALEU TUDO ISSO?**

A aposta no modelo liberal de estado não obteve o resultado esperado, trouxe apenas maior centralização de renda e maior desigualdade entre os indivíduos, acentuada ainda mais pela fragilidade e incapacidade do estado em mediar tais situações junto ao mercado. Segundo Tony Judd (2011, p.97): “o capitalismo não sobreviveria se seu funcionamento se reduzisse ao mero fornecimento de meios para os ricos ficarem mais ricos”. Tal premissa vem se confirmando, haja vista as convulsões e questionamentos que democracia e o capitalismo vêm enfrentando.

O princípio que baseia a necessidade da regulamentação é simples, Stiglitz (2011, p.49) resume de forma clara: “a razão pela qual os bancos são regulados é que sua falência causa danos consideráveis ao resto da economia”. Desta forma, os argumentos em defesa de uma suposta “liberdade” do sistema financeiro, acabam se tornando limitados e relativos, tendo em vista estarem desvinculados da realidade e do objetivo do bem comum em um Estado.

O fato é que não atingimos a meta de Friedman de utilizar ao máximo nossas capacidades e oportunidades, não podemos de forma alguma, afirmar que atualmente os indivíduos têm igualdade de direitos e igualdade de oportunidades. Creio que a afirmação de Friedman seja um tanto quanto questionável. Podemos nos utilizar da interpretação de Karl Marx, dispondo acerca de indivíduos diferentes em relação aos direitos individuais, como forma de buscar uma outra linha de raciocínio:

“O direito só pode consistir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; mas os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos por uma mesma medida sempre quando sejam considerados sob um ponto de vista igual, sempre e quando sejam olhados sob um aspecto determinado...Para evitar todos estes inconvenientes, o direito não teria de ser igual, mas desigual” (MARX,1973, p.232)

Ou seja, medidas diferentes para pessoas diferentes. É impossível na sociedade crer que todos os indivíduos partem de uma igualdade de condições, de capacidades e oportunidades. Há diferenças latentes, em diversos sentidos, tais como capacidades físicas, de saúde, de acesso a informação, a educação e de oportunidades de certos tipos de trabalhos. Desta maneira, o papel do Estado, é de mediar estas diferenças, aplicando medidas diferentes, para cidadãos diferentes.

A concessão do poder através da concepção do liberalismo desregulado tende a centralizar o poder na parcela mais rica da sociedade, ou seja, aqueles que já dispunham do poder econômico se perpetuam ali. Segundo Tony Judd (2011, p.157): “os ricos não querem a mesma coisa que os pobres. Quem depende do trabalho para sustentar a família não quer a mesma coisa que quem vive de investimentos e dividendos”.

Entendemos assim, que a concepção do liberalismo apartada do Estado é potencialmente tirânica, tendo em vista se comportar como benéfica apenas para uma parcela da sociedade em detrimento da parcela mais pobre, tal entendimento pode ser visto também em Aristóteles (1991, p.172): “É um erro, mesmo nas Constituições aristocráticas, dar, como fazem muitos, muito aos ricos e muito pouco ao povo; a longo prazo, de coisas que só têm aparência de bem resulta necessariamente um mal real: o Estado arruína-se mais pela cupidez dos ricos do que pela dos pobres”.

A afirmação de Aristóteles não poderia se mais coerente à crise da corrente liberal, em consonância ainda com as palavras de Marx revalidam a afirmação de que o capitalismo deixado livre tende a “arruinar-se”, devido à própria ganância do lucro que dirige suas premissas.

## **6. O PANORAMA ATUAL**

Atualmente diversos críticos, economistas e teóricos especulam se esta crise está colocando o próprio capitalismo em xeque. A dimensão tamanha da crise, dotada de escala mundial, levanta questionamentos inclusive acerca do próprio modelo democrático adotado na maioria dos países capitalistas. Mesmo as vozes ortodoxas do FMI permeiam esta grande preocupação com o quadro econômico atual, segundo Christine Lagarde, diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional: “Devemos todos estar cientes de que este é um momento decisivo. Não se trata de salvar um país ou uma região em particular. Trata-se de salvar o mundo de cair numa espiral econômica descendente”<sup>12</sup>.

A idéia é perfeitamente cabível. As posições dos analistas internacionais, do FMI e dos demais setores ligados à economia apontam que a recessão econômica ainda pode vir a se agravar mais. O perigo do contágio ilustrado pelos analistas pode se consolidar, pois apesar dos mercados europeus e americanos estarem mais orientados ao setor financeiro, e sofrerem mais rapidamente os efeitos desta crise, os demais países em desenvolvimento,

---

<sup>12</sup> Para consulta acessar <http://www.imf.org/external/np/exr/key/finstab.htm>

essencialmente fornecedores de matérias primas e produtos manufaturados, podem vir a sofrer grandes impactos em sua economia, devido à diminuição do ritmo de consumo dos países mais afetados pela crise.

Abaixo apresentamos um quadro resumido com as informações centrais da crise contrapostas a situação anterior a ela:

	Desemprego %		Déficit Público %	
	2007	2012	2007	2012
<b>EUA</b>	4,5	8,1	-1,2	-7,6
<b>Reino Unido</b>	5,4	8,2	-2,7	-7,7
<b>Área do Euro</b>	6,9	10,9	-0,9	-3,5
<b>França</b>	8,0	10,0	-2,8	-4,4
<b>Alemanha</b>	9,0	6,8	0,3	-1,3
<b>Grécia</b>	8,4	21,70	-2,4	-7,8
<b>Itália</b>	6,2	9,80	-2,6	-2,2
<b>Espanha</b>	8,0	24,10	2,0	-5,9
<b>Japão</b>	3,7	4,5	-4,4	-8,1
<b>Islândia*</b>	1,5	7,5	6,3	-2,5

Fonte: <http://www.economist.com/blogs/buttonwood/2012/05/debt-crisis-1>

\* <http://www.tradingeconomics.com/>

Segundo Nouriel Roubini (2011), as diversas manifestações populares que atravessam o mundo discutem questões colocadas pelo crescimento da desigualdade, pela pobreza, centralização da riqueza e pelo desemprego. Reforçamos esta afirmação com os dados da tabela acima, podemos verificar um quadro onde a maioria dos países mencionados obteve um aumento do índice de desemprego atrelado a um maior déficit público (em consequência direta ou não de uma menor arrecadação de tributos). Os casos mais graves são os de Grécia e Espanha, que se encontram no foco da crise atual, onde os níveis de desemprego chegaram a índices alarmantes. Por consequência, tal situação vem conduzindo a uma escalada da insatisfação popular exponencial nestes países, além de todos os problemas sociais oriundos do desemprego, tais como o aumento nas taxas de criminalidade.

Com o déficit público somado as medidas de austeridade do FMI que inibem o investimento no setor produtivo, o Estado passa a ficar “engessado”, não dispondo de linhas de ação efetivas para resolução da crise e ficando condicionado aos caprichos destes pacotes de ajuda concedidos.

A situação na Grécia particularmente nos chama mais a atenção, pois o colapso social devido à crise financeira e aos pacotes de ajuda da União Europeia e FMI são enormes, tendo consequências sociais gravíssimas. O quadro político e social atual da Grécia ilustra de forma clara quais os efeitos dos problemas oriundos da liberalização do mercado, e ainda, ilustra de que forma o Fundo Monetário Internacional enxerga a crise, aplicando mais uma vez medida de austeridade, que colocam a população a beira de um colapso e o país a beira do caos.

Atualmente a população grega reagiu nas urnas quanto à orientação do mercado, elegendo um quadro político dissonante com a ordem estabelecida, conforme aponta matéria do Jornal Correio Braziliense: “A prescrição de medidas de austeridade pelo FMI ao país do Mediterrâneo foi o estopim de uma crise política sem precedentes, com os partidos gregos votados em 6 de maio não conseguindo formar o gabinete para governar e a convocação de novas eleições em 17 de junho<sup>13</sup>.”

Os demais países apontados nas primeiras posições dos índices de desemprego vêm apresentando pouco a pouco quadros de recessão econômica e colapso financeiro, cada um a sua maneira devido a particularidades locais. Por sua vez, a política fiscal “amarrada” por acordos internacionais, impede uma reação mais ajustada à crise<sup>14</sup>. Afinal, ao invés de buscar estimular a economia através de recursos que instiguem a produção e diminuam, assim, os impactos do desemprego, focam sua ação na responsabilidade de sua balança de pagamentos. Como no caso da Grécia, vieram a adotar uma política de austeridade com aumento de impostos, corte de benefícios públicos à população e dos gastos do governo. A reação é que a economia não responde, e a reação prática é que a população destes países sofre na pele os efeitos da política liberal.

Roubini (2011) aponta que a única forma de fazer com que tais economias orientadas pelo mercado voltem a operar de forma capaz e desejável, é que estas retornem a um ponto de equilíbrio entre a orientação de mercado e sua orientação de fornecimento de bens públicos. Ainda de acordo com este autor, “That means moving away from both the Anglo-Saxon model of *laissez-faire* and voodoo economics and the continental European model of deficit-driven welfare states. Both are broken”.

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/5/23/as-contradicoes-de-lagarde> Publicação de 23/05/2012.

<sup>14</sup> A preocupação do FMI de conter os gastos públicos junto a seus países credores em muito colaborou para acentuar os reflexos sociais das crises econômicas que vieram a atingir os países que receberam pacotes econômicos de socorro, haja vista a atuação deste junto ao México em 1994, a Crise dos países asiáticos em 1997 e a crise argentina de 2002.

## **7. A BALIZA DO REPUBLICANISMO**

No presente quadro econômico-político internacional assistimos o Estado ser dirigido pelos interesses de uma oligarquia financeira, que em troca da obtenção de maiores lucros através do mercado financeiro em detrimento do mercado produtivo, coloca de forma prática ou potencial, grande parte da população global em grandes problemas sociais. Mohandas Gandhi, o grande líder da independência da maior República democrática do mundo, a Índia, teceu um celebre frase acerca destes interesses. Segundo ele haveria no mundo alimentos o suficiente para saciar toda a fome de cada pessoa, porém, não para saciar toda a ganância de cada indivíduo. A frase se encaixa perfeitamente no quadro que descrevemos até aqui. A “fome” de poder de alguns confere o flagelo a maioria.

Em contraposição a esta situação vigente, a retomada do republicanismo clássico assenta suas bases sobre a idéia do bem comum, atrelado a concepção do cidadão ativo dotado de virtude cívica, tendo como objetivo ser um instrumento contra toda forma de dominação arbitrária e despótica, conforme cá será melhor descrito.

Entendemos que as idéias do republicanismo clássico, principalmente as vinculadas ao pensamento de Aristóteles, podem nos auxiliar a buscar novas formas de observar o mesmo objeto, o quadro econômico-político atual. Porém, temos uma clara visão que os conceitos da sociedade que embasaram os estudos destes teóricos em muito se diferem daqueles vigentes em nossa sociedade contemporânea, principalmente quanto ao conceito do indivíduo em relação à concepção moderna deste. Compreendemos que a forma de raciocínio conduzida ali, que fora utilizada como base ao longo dos séculos que os sucederam na moldagem do nosso modelo democrático republicano, amplamente adotado e conceituado no mundo, pode nos auxiliar a encontrar pontos no qual devemos acentuar as pesquisas, bem como buscar formas para otimizar a convivência social entre os indivíduos.

Em todos os momentos em que o republicanismo foi retomado ao longo da história, existe presente uma ideia que busque conduzir a sociedade contra a dominação dos indivíduos pelo do arbítrio de quem quer que seja. O republicanismo de Cícero em Roma, por exemplo, primava pela independência e pela não-dominação de seus cidadãos (PETTIT, 1999).

Da mesma forma, os burgueses do renascimento Italiano encontraram na releitura destes clássicos, embasamento para a formação de uma sociedade sem poderes arbitrários. Tais idéias também são discutidas com veemência pelos aos teóricos políticos jusnaturalistas ingleses, principalmente quando estes atravessaram períodos turbulentos de sua história,

durante a revolução Inglesa e Gloriosa (SKINNER, 1999), bem como, são amplamente discutidas no processo de independência norte americano, que buscava acima de tudo conceber a garantia da “liberdade” do povo contra a tirania ou opressão de qualquer poder externo.

A concepção de Estado, presente nas discussões republicanas contemporâneas, busca que este venha se tornar um mecanismo não arbitrário de governo na sociedade. A orientação da constituição mista<sup>15</sup>, com poderes divididos e limitados, permite um contrapeso dentro das instâncias de poder, inibindo a ação de tiranos que possam tomar o poder por desejos individuais. A liberdade da não dominação, portanto, é dependente da existência do Estado. A função desempenhada pelo Estado seria de mediar às relações na sociedade, conferindo uma orientação de justiça e proteção a seus cidadãos.

Entretanto, diferentemente da concepção atual de liberdade, vista como uma não-interferência, a concepção republicana prima pela não-dominação, na qual o cidadão passa a ser um protagonista a partir de seu próprio arbítrio, sob qualquer forma de subjugação. Este valor é conferido quando este vem a participar das esferas de decisão da cidade, na busca do bem comum.

A visão atual de liberdade foi conceituada a partir dos teóricos do século XVII, na releitura das idéias republicanas clássicas (SKINNER, 1999). As bases do republicanismo cívico se perderam na releitura Hobbesiana de tais ideias<sup>16</sup>, havendo um deslocamento da concepção original de liberdade, sendo desvinculada do ideário de civismo e colocada sob a noção do direito liberal. Esta mesma concepção de liberdade é amplamente aceita nas argumentações dos teóricos do liberalismo, apesar de aos olhos dos novos republicanos ser condicionada como negativa, pois se limita a defesa dos interesses do indivíduos junto aos demais.

A noção desejável de liberdade a partir destes republicanos é a liberdade positiva, na qual os cidadãos possam ter uma ação direta junto à vida política da cidade. Desta forma, esta relação entre Estado e sociedade seria o que se perdeu na releitura das ideias republicanas ao longo da história, pois o Estado na república não tem a mesma forma do Estado na concepção liberal de governo. Tal mudança na relação entre governo e a liberdade dos indivíduos configura aquilo o que foi descartado na concepção liberal de liberdade.

---

<sup>15</sup> A constituição mista atualmente é definida pela idéia de eleições, leis, alteração no poder, divisão de papéis funcionais, transparência e checks and balances. (informação verbal) (PETTIT, 2008).

<sup>16</sup> Pettit (1999), Ribeiro (2008).

## **8. A CONTRIBUIÇÃO DE ARISTÓTELES**

No livro I, cap. II de A Política, Aristóteles nos parece já “saber” sobre a dinâmica liberal de mercado que viria dominar o mundo tanto séculos depois. Ali, este discute sobre a avareza e sobre a insaciável busca humana por riquezas, na qual estes “amam o dinheiro”, buscando sempre acumular maiores somas por nunca julgar que tem o necessário. Segundo ele: “Ora, é absurdo chamar “riquezas” um metal cuja abundância não impede de se morrer de fome; prova disso é o Midas da fábula, a quem o céu, para puni-lo de sua insaciável avareza, concedera o dom de transformar em ouro tudo o que tocasse”. (ARISTÓTELES, 1991, p.22)

O regime político apresentado por Aristóteles é a Politeia, que tem como substância de sua existência o corpo dos cidadãos. Para este filósofo a vida na polis está relacionada a um fim último do homem, se traduzindo como a mais desenvolvida forma de convivência humana. Em suas palavras: “A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constituiu a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar” (ARISTÓTELES, 1991, p.3).

Desta forma, podemos ver que o objetivo final da polis é outro que não apenas sua manutenção, mas tendo como cerne da questão a forma como se viva em sociedade, a busca de uma “melhor” forma de vida em sociedade, objetivada a busca de um bem estar comum. Esta premissa é o que destaca este filósofo daqueles que o precederam. De acordo com Aristóteles (apud MIRANDA FILHO, 96, p.71), assim são enumerados os objetivos da polis: “I) este não consiste apenas em assegurar a posse dos bens materiais e da propriedade; II) nem apenas assegurar aos cidadãos a proteção contra injustiças e crimes tanto de origem externa quanto interna; III) nem facilitar as trocas, o comércio ou a garantia dos contratos”.

Para melhor relacionar as razões desta concepção, devemos partir da célebre afirmação de Aristóteles, de que o homem é um animal cívico, pois é dotado do dom da palavra. É com a utilização desta faculdade humana que temos: “senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil” (ARISTÓTELES, 1991, p.4).

Esta citação de Aristóteles fundamenta um dos mais importantes, e por vezes mal compreendido, conceitos de seu pensamento. Quando o autor se refere ao homem como um

animal cívico, não se está afirmando que há uma inclinação natural biológica do homem a política, o que se afirma aqui é que o homem é um animal político porque somos dotados do discurso e da razão, que diferentemente dos demais animais, nos possibilita ter no discurso e na razão formas de relação e mediação com os demais membros da sociedade.

O elemento de coesão entre os mesmos cidadãos de uma polis é uma capacidade de saber o que é certo e o que não é de modo comum, uma moral compartilhada que reconhece os indivíduos enquanto semelhantes. Isto apenas seria possível, uma vez que temos no discurso o “laço de toda sociedade” e nos utilizando da razão através do discurso, podemos nos reconhecer e também reconhecer os demais, de forma a compor uma sociedade.

A convivência com os demais é explicada através da teoria da amizade (*philia*) de Aristóteles, que aponta que os laços que unem os seres na polis estão relacionados não apenas a uma busca comercial (como configura a teoria liberal), mas se vincula a busca de afetos, lealdade e honra. Esta “amizade” é aquilo que configura a intenção de viver em comunidade, desfrutando de uma moral coletiva. A amizade<sup>17</sup> aqui colocada diminui o conflito na polis. Esta relação é o que possibilita que tal laço entre os indivíduos, provido pelo discurso e pela razão (*logos*), venha a permitir a vida em sociedade na busca pelo bem estar comum. Segundo Aristóteles (1991, p.139): “Se forem seus amigos, se-lo-ão também de seu Estado. A amizade supõe igualdade e semelhança.”

Esta propriedade social descrita através da teoria da amizade é aquilo que possibilita aos homens ver o objeto da polis a partir de um diferente ponto de vista. De acordo com Arendt: “Esse tipo de compreensão – ver o mundo (como dizemos corriqueiramente) do ponto de vista do outro – é uma percepção política por excelência” (2009, p.60). Tal possibilidade, de poder ter acesso a diversos pontos de vista sobre o mesmo objeto, é característica chave da política, sendo passível de ser aplicada na politeia aristotélica.

Desta forma, a política aristotélica traz em seu eixo de ação a moral social, na qual o Estado é disposto como superior ao indivíduo, assim como o bem comum é sobreposto ao bem individual. Entretanto, não se trata de um conceito opressivo, que tem o cidadão por apenas uma “engrenagem” que venha a permitir a funcionalidade de todo o sistema, a ideia da perfeição da polis só poderia ser atingida com a participação do sujeito nas esferas de decisão, partilhando assim, junto ao estado, a responsabilidade pelo bem estar comum.

---

<sup>17</sup> O conceito de amizade de Aristóteles se enquadra na sua definição de melhor polis para ser governada, sendo uma cidade pequena, com relações baseadas entre “iguais”. As grandes cidades contemporâneas dotadas de diversidades étnicas em sua composição, com certeza fogem a sua premissa teórica.

Baseado nestes argumentos, a república pode ser vista como uma ferramenta contra todos os tipos de autoritarismo, principalmente ligados a governos totalitários que venham a mobilizar toda uma massa de indivíduos<sup>18</sup>, ou demais formas de governos que utilizem ou pretendam utilizar a população como massa de manobra para projetos particulares de dominação.

É também importante destacar que Aristóteles apontava uma divisão central na sociedade, entre pobres e ricos, e esta seria a fundamental diferença na democracia. Na Grécia clássica havia dois regimes concretos, o da maioria (demos) tido por democracia e o de alguns, tido por oligarquia (oligoi). Todavia, o problema apontado pelo filósofo era que: “cada um deles, ao invés de contemplar a totalidade da polis é excludente: o povo exclui os oligarcas e vice-versa” (MIRANDA FILHO, 1992, p.65).

As pessoas não podem ser ao mesmo tempo ricas e pobres, sendo necessário ao Estado buscar o equilíbrio entre ambos, de forma que nenhum dos dois elementos se sobressaia, a fim de evitar a injustiça que uma possa cometer sobre a outra. Para Aristóteles, a justa medida estaria na chamada classe média, que seria fundamental na moderação dos interesses da polis, agindo como o “fiel da balança”.

Ainda segundo o autor, o regime da politeia seria uma mescla entre as instituições da democracia e da oligarquia, convencionando posteriormente politeia às que tendem a democracia, ou seja, as que buscam a ampliação da base do sistema (CARDOSO, 2008). A busca então é encontrar um equilíbrio, ou um “justo meio” entre ambos, de forma a conduzir a dinâmica do Estado sem tender para nenhuma das duas partes, nem a busca exacerbada da riqueza pelos ricos, nem a busca desmedida dos desejos pelos pobres, e assim alcançar a preservação virtuosa da polis.

O Estado nacional pós anos setenta, descrito na primeira parte deste artigo, aponta que estaríamos sendo governados não pela maioria, e sim por alguns, uma oligarquia de interesses envolvidos com o mercado financeiro. Segundo Cardoso (2008, p.36): “Os ricos, por sua vez, sustentam sua reivindicação ao poder em nome da riqueza, da competência e do mérito que, no governo, estariam postos a serviços da cidade; mas, na verdade, querem apenas conservar os seus bens e aumentar seu patrimônio, em que vêem o bem verdadeiro e a aspiração universal de todos os homens”.

---

<sup>18</sup> Conforme definição de Newton Bignotto (2008, p.57).

A ganância dos ricos na atualidade vem desvirtuando a orientação republicana, conforme aponta Judd (p.155): “As instituições da república tem sido degradadas, acima de tudo pelo dinheiro”. Diferentemente da atualidade, a orientação aristotélica aponta que a república teria por função utilizar-se da razão, através do Estado, com vistas a não permitir o domínio das tiranias sobre todos, seja ela da maioria (democracia), de alguns (oligarquia) ou de um (monarquia). Assim, o Estado teria como fim ser o uma instituição que pudesse se intrometer nos assuntos dos indivíduos, porém de forma não arbitrária, buscando se desvincular da concepção do tirano, que poderia definir leis, julgar e condenar os indivíduos, através de seu próprio arbítrio.

A descrição aristotélica da democracia, por sua vez, conduzia a visão de uma tirania das massas, que seria tão terrível quanto à tirania de apenas um (monarquia), ou de um grupo (oligarquia). A origem desta crença se assentava na ideia de uma massa “pouco educada”, que teria como objetivo somente expropriar os ricos, devido à busca de seus desejos, relacionados à conquista de bens materiais (RIBEIRO, 2008). Esta visão pode ser constatada na passagem de Aristóteles:

Não é sem razão que se censura tal governo e, de preferência, o chamam democracia ao invés de República; pois onde as leis não têm força não pode haver República, já que este regime não é senão uma maneira de ser do Estado em que as leis regulam todas as coisas em geral e os magistrados decidem sobre os casos particulares. Se, no entanto, pretendermos que a democracia seja uma das formas de governo, então não se deverá nem mesmo dar este nome a esse caos em que tudo é governado pelos decretos do dia, não sendo então nem universal nem perpétua nenhuma medida.(ARISTÓTELES, 1991, p.111)

Tal ideia é contraposta a concepção atual de democracia, que na mais rasa interpretação que se possa ter, nos leva a ideia de que o poder tem como “soberano” o povo, que busca colocar em prática seus anseios através dos representantes eleitos pelo sufrágio universal. Mesmo que tal argumentação seja contestável, principalmente a partir dos teóricos do liberalismo, tomemos como base o cerne da ideia democrática atual, a busca de limitar a propensão a tirania no Estado através da participação popular em suas instituições e no processo de escolha dos representantes populares.

Independentemente da visão aristotélica da inviabilidade democrática como sistema (tese posta a prova nas sociedades contemporâneas), a questão de suma importância no quadro de crise atual, dentro da concepção vigente de democracia é: Que sentimento dirige as deliberações nesta democracia?

Aqui vamos nos utilizar da interessante frase de Ribeiro (2011, p.22): “Uma democracia sem república não é *kratos*<sup>19</sup>, é simples populismo distributivista”. Existe neste trecho uma significativa colocação de que a democracia precisa da república para existir. Conforme explanamos anteriormente, o republicanismo tem a função de orientar tais deliberações visando às premissas do bem comum. Assim, a democracia apenas não é suficiente para atender os anseios da vida em sociedade, partindo do pressuposto que os homens naturalmente têm uma inclinação para vida em sociedade, conforme demonstra Aristóteles (1991, p.5): “O mesmo ocorre com os membros da Cidade: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade”.

Há então a necessidade de uma orientação que busque pautar a vida a partir do conceito de sociedade, e não apenas de indivíduo. Desta forma, a indicação é exposta de forma clara, temos uma inclinação natural para a convivência. Como tal, a principal orientação que deveria guiar a construção desta convivência seria a maneira de torná-la possível e virtuosa.

Porém, na compreensão da dinâmica da polis, mesmo dentro da premissa que os seus membros compartilham de uma ética individual comum, refletida na moral do Estado, Aristóteles leva em conta as diferentes funções e o diferente arbítrio entre cada um dos indivíduos. A combinação entre *logos* (capacidade de discurso e lógica) e política somente fora possível considerando tal característica particular da polis. A citação de Mario Miranda Filho, que explicita está ideia com base na pluralidade compõe o pensamento:

Decidida a se instalar para valer na polis a filosofia, a partir de Platão, terá que operar em si mesma uma conversão: reconhecer a existência de gente como *Estrepsíade* como necessária, de gente cujo comportamento errante é ditado, em grande parte, por forças irracionais constitutivas do homem e portanto também da cidade. Isto equivale a reconhecer que a política abriga em si um elemento irracional que aparece por vezes como um incontornável para a razão – seja ele o sagrado, seja a estupidez da força bruta em sua recusa de escutar o outro – com o qual o especialista da razão tem que se haver. Viver na polis não é pois viver numa comunidade de sábios virtuosos, nem de religiosos, ou de conformistas ou de guerreiros, ou de rico ou de pobres. A polis é, como diz exemplarmente Aristóteles na Política, uma pluralidade.(MIRANDA FILHO, 1992, p.59)

A pluralidade traz consigo a noção de que todos estão colaborando para um fim em comum, a manutenção da polis. Aristóteles (1991, p.41) argumenta que “embora as funções

---

<sup>19</sup> Relativo a força .Vinculada a idéia da origem da palavra democracia – demo+kratos.

dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado. Por conseguinte, é a este interesse comum que deve relacionar-se a virtude do cidadão”.

Para o filósofo seria impossível que um Estado fosse composto integralmente de homens perfeitos, mas a busca é que os cidadãos venham a executar o seu melhor papel como tal, procurando se tornar bons cidadãos. Aqui estaria a posição de encaixe do Estado. De acordo com Aristóteles: “É daí que provém a bondade intrínseca do Estado, sem que seja necessário que haja entre todos igualdade de mérito”.(1991, p.41)

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo o panorama apresentado, acreditamos que apesar das diferenças junto à sociedade da antiguidade, principalmente sob a visão aristotélica, em relação à sociedade atual, podemos sim utilizar diversos pontos e argumentações políticas desenvolvidas ali para nosso debate contemporâneo, como já o fizemos em alguns pontos até aqui discorridos.

O primeiro ponto a ser destacado se trata do conceito de oligarquia. Aristóteles apontava que este seria o regime no qual o domínio é exercido por apenas alguns, o que de fato observamos atualmente. Conforme descrevemos na primeira parte do artigo, toda crise financeira americana e posteriormente mundial, teve no setor financeiro o elemento que entranhado nas esferas de poder do Estado, pode manipular as diretrizes deste com vista a atender seus interesses econômicos. Os demais membros da sociedade que trabalhavam na construção da riqueza do sistema (até porque sem este trabalho não existiria esta riqueza) eram elementos até certo ponto passivos, e que certamente não tinham a mesma voz e a mesma representatividade na obtenção de seus interesses junto ao Estado.

Outro elemento a ser destacado é a divisão social entre ricos e pobres. Creio que esta tenha se alterado ao longo dos séculos, mas não a maneira que apontava o filósofo, com a predominância de uma classe média. O fato é que a situação dispõe a parcela dos mais ricos da sociedade, dos mais poderosos, dirigindo e controlando o Estado, de forma questionável podemos afirmar, tendo em vista todo o ônus que trouxeram a população dos países atingidos pela crise. Até os dias atuais, as demandas destas duas parcelas são paradoxalmente distintas, e estas duas parcelas da sociedade não podem ser descartadas como um todo, nem junto ao poder, nem junto às suas demandas. O ponto a ser perseguido é o equilíbrio, aos moldes de

uma politeia aristotélica, contudo, descartando a configuração elitista disposta pelo filósofo para exercer os postos de governo na polis.

Destacamos também o papel da virtude cívica, que é fundamental na dinâmica republicana. Alias, é o que se espera do cidadão, conforme visto na argumentação de Judd (2011, p.153): “Mas repúblicas e democracias só existem em virtude do engajamento de seus cidadãos na condução dos negócios públicos”. No conceito de Aristóteles esta virtude cívica seria aplicável em um pequeno Estado, onde os laços sociais formados a partir da amizade poderiam mediar as relações entre os indivíduos, gerando a virtude cívica manifestada na participação da vida política. As sociedades hoje em muito se diferem desta, em tamanho e em composição (nacionalidades, credos, orientações e etc.), assim, o conceito da amizade ali demonstrado se torna um tanto quanto frágil para descrever o processo de aglutinação na polis atual.

Entretanto, a colocação acerca da razão e do discurso, nossa capacidade enquanto “animal político”, vinculada a uma capacidade de discernir o bem do mal, colabora na construção de uma moral comum, ao qual compartilhamos. E tal moral comum orienta a sociedade a buscar não apenas seus objetivos de interesse específico, mas a serem orientadas também quanto a uma noção de bem e mal no tocante a restante desta mesma sociedade.

As diversas manifestações sociais no mundo demonstram uma orientação comum no indivíduo, vinculada a uma ideia de justiça social. Mesmo que dispostas de forma dispersa, e na maioria dos casos orientadas por demandas específicas, ainda assim, estas contribuem para uma orientação social que busca o bem estar do todo. Segundo Amartya Sen: “Os valores sociais podem desempenhar – e têm desempenhado – um papel importante no êxito de várias formas de organização social.”(2000, p.297)

O conceito atual de liberdade permite, e com justa medida, a busca dos interesses particulares, mas é inegável que a orientação do sujeito não é restrita apenas a busca de seus interesses financeiros<sup>20</sup>, a moral social compartilhada desempenha um papel de suma importância na orientação destes indivíduos, atrelada a parcela econômica<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> “O uso do raciocínio socialmente responsável e de idéias de justiça relaciona-se estreitamente à centralidade da liberdade individual. Não se está afirmando com isso que as pessoas invariavelmente invocam suas idéias de justiça ou utilizam seus poderes de raciocínio socialmente sensível para decidir sobre o modo de exercer sua liberdade. Mas um senso de justiça está entre as considerações que podem motivar as pessoas – e com frequência isso ocorre” (SEN, 2000, p.297)

<sup>21</sup> “Quanto à vida dedicada a ganhar dinheiro, é uma vida forçada, e a riqueza não é, obviamente, o bem que estamos procurando: trata-se de uma coisa útil, nada mais, e desejada no interesse de outra coisa” (ARISTÓTELES, 2008, p.12).

A liberdade apontada pelos teóricos do liberalismo considerava a não-interferência, mas se esqueceu de observar e resguardar a não-dominância. O indivíduo pode não sofrer interferências, mas sem o Estado na mediação das diferenças entre os diversos indivíduos, o regime é dominado por uma parcela de força apenas, que subjuga todos os demais pela interferência nas leis do mercado, de modo desregulatório e específico, ou seja, de acordo com a conveniência do poder.

Para a obtenção da não-dominância do indivíduo, o republicanismo atual busca resgatar uma autogestão no indivíduo, que possa ser livre, sem nenhum opressor lhe cerceando. De acordo com Pettit (2008, informação verbal), a ideia de liberdade republicana é vinculada a não-dominância (pensamento, discurso, religião, associação, deslocamento, emprego e etc.), seria uma das bases necessárias para que todos, independentemente de sua função ou cargo na sociedade, possam olhar uns nos olhos dos outros, sem medo.

Conforme discutimos anteriormente, a democracia por si só, sem a orientação republicana acaba por se tornar limitada como regime junto aos homens. De acordo com Tony Judd (2011, p.135): “Sem idealismo, a política se reduz a uma forma de contabilidade social, de administração cotidiana de homens e coisas”. O idealismo destacado por Judd é a orientação e, quando não existe o Estado, fica entregue aos interesses dominantes, no caso, os econômicos.

O resgate a orientação social é elemento urgente em nossa sociedade, bem como a retomada da virtude cívica, disposta de forma adaptada a sociedade atual, conforme a liberdade individual que detemos e buscamos que seja mantida. Creio que a frase de Joseph Stiblitiz pode sintetizar bem o cerne desta exposição:

Avançamos muito por um caminho alternativo – criando uma sociedade em que o materialismo predomina sobre os compromissos morais; em que o crescimento rápido que atingimos não é sustentável, nem do ponto de vista ambiental nem do social; em que não agimos em conjunto, como uma comunidade, para atender as nossas necessidades comuns, de certa forma porque o individualismo desabrido e o fundamentalismo do mercado erodiram qualquer sentido de comunidade e levaram a uma exploração selvagem de indivíduos inocentes e desprotegidos e a uma crescente divisão social. (STIBLITZ, 2011, p.389)

A república mais uma vez deve ser resgatada no momento em que a sociedade busca lutar contra a dominação pelo arbítrio do mercado. O papel desta, conforme disposto ao longo da história, é o de nortear as discussões em busca do melhor modelo de regime para vida em sociedade. Estas discussões devem levar em conta a dinâmica social vigente, centralmente

quanto a valores como liberdade e moral social, porém, de forma a não perder de vista a busca do bem estar comum.

Creio que o modelo de Estado que venha a se delinear após a crise de 2008 seja algo, conforme apontado por Nouriel Roubini (2011), para uma estrutura que se distancie do modelo anglo-saxão do livre mercado e também do modelo europeu de Estados de bem estar social movidos a déficits. A questão colocada agora é de que forma delinear esta nova estrutura e como colocar em prática nesta sociedade dominada pelas relações de mercado.

Desta forma, o ponto fundamental do republicanismo nos dias atuais é o resgate do tema da igualdade, pois tal propriedade tem se mostrado extremamente corrosiva a toda dinâmica da vida em sociedade. O ponto é, conforme apontado por Aristóteles, buscar a média, o ponto de equilíbrio entre as estruturas e os cidadãos que compõe nossa sociedade, de forma a evitar a desmedida de forças disposta aos olhos de todos no desenvolvimento desta crise. Nas palavras deste ilustre filósofo: “É uma verdade reconhecida que a mediana é boa em tudo.” (Aristóteles, 1991, p.168).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2009, 288 p.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, 287 p.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. São Paulo: Martin Claret, 2008, 240 p.
- BIGNOTTO, Newton. **Humanismo Cívico Hoje**. In: BIGNOTTO, Newton (participação/org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.49-70
- CARDOSO, Sérgio. **Que república? Notas sobre a tradição do “governo misto”**. In: BIGNOTTO, Newton (participação/org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.27-48
- CHOMSKY, Noam. **Chomsky debate futuro dos novos movimentos**, São Paulo, nov.2011, <http://www.outraspalavras.net/2011/11/14/chomsky-debate-futuro-dos-novos-movimentos/>
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, 187 p.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, 235 p.
- JUDD, Tony. **O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 212 p.
- LAGO, Andréia. **Crise atual pode ser pior que a Grande Depressão, diz Lagarde**. Estado de São Paulo Online, São Paulo, 23mai.2012. disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,crise-atual-pode-ser-pior-que-a-grande-depressao-diz-lagarde,113575,0.htm>
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973, 365 p.
- MIRANDA FILHO, MÁRIO. **Politeia e virtude no republicanismo clássico**. Lua Nova, São Paulo, n.º38 dec.1996, p.55-76.
- OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 386 p.
- PETTIT, PHILIP. **Republicanism Cívico**: Conferência. Centro de Estudios Andaluces, Sevilla, 13 mar. 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=H-OnpvqsvBs&feature=relmfu>
- PETTIT, PHILIP. **Republicanism: A Theory of Freedom and Government**. London, Oxford University Press, 1999, 328 p.
- PRZEWORSKI, Adam. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, 451 p.
- RIBEIRO, Renato. **Democracia versus República**: A questão do desejo nas lutas sociais. In: BIGNOTTO, Newton (participação/org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.13-26
- ROUBINI, Nouriel. **Is capitalism doomed?** Project Syndicate, Nova Iorque, ago.2011, disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/is-capitalism-doomed->
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 499 p.
- SKINNER, QUENTIN. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1999, 112 p.

STIGLITZ, Joseph. **O mundo em queda livre:** Os Estados Unidos, o mercado livre e o Naufrágio da Economia Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 575 p.